

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Director de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Constituição e austeridade

Em seus incontidos impulsos para a demagogia, a imprevidência e a irresponsabilidade, o Congresso constituinte encerrou o primeiro turno oferecendo ao país um projeto de texto constitucional que, apesar de registrar alguns avanços, chama a atenção pelo séquito de incongruências que consagra. Em nome simplesmente de interesses eleitorais e de conveniências políticas deste ou daquele grupo, a maioria parlamentar não teve escrúpulos em exercer sua "generosidade" às custas do assalto ao bolso do contribuinte e do desfalque das finanças públicas.

Da anistia às dívidas de pequenos e médios empresários ao melancólico "trem" que efetiva funcionários públicos não-concurados, montou-se uma verdadeira máquina de desperdícios, cujas engrenagens, caso não se façam as devidas correções, entrarão em movimento tão logo a Carta seja promulgada.

É natural, neste sentido, que a Presidência da República — a exemplo de significativos setores da opinião pública — venha expressando suas apreensões quanto aos chamados "custos da nova Constituição". Impõe-se, contudo, a observação de que, face a seu profuso histórico de investimentos duvidosos, desvios administrativos, favorecimentos fisiológicos e concessões obscuras, o interesse do Executivo em preservar as finanças públicas parece, antes, coincidir com o temor de que seus próprios gastos sejam, em futuro próximo, prejudicados. O receio não mereceria reparos, caso suas previsões de despesas estivessem nitidamente vinculadas às prioridades do país.

Não estão. A começar pelo até aqui inabalável projeto da ferrovia Norte-Sul, tomado pelo presidente da República como uma espécie de obsessão pessoal.

Não se resume à ferrovia, contudo, o rol de descabros cometidos pelo governo Sarney. São notórios os empréstimos concedidos a empresas em dificuldades econômicas — o caso da Transbrasil ainda está vivo na memória do país —; as distribuições de verbas à fundo perdido pela Seplan; as contratações abusivas e desnecessárias; a relutância em promover uma reforma administrativa profunda e corajosa; a timidez na supressão de incentivos fiscais e subsídios; e a completa incapacidade de imprimir nas diversas unidades governamentais um comportamento de austeridade e zelo pelos recursos arrecadados da sociedade. Preocupado com a insensatez do Congresso constituinte, o Executivo foi ele mesmo, ao longo dos últimos anos, o principal responsável pelo crescimento vertiginoso do déficit público e pelas pressões inflacionárias daí decorrentes.

Não se duvida da necessidade de que as distorções do projeto constitucional venham a ser corrigidas em tempo. Nada há, também, que impeça o governo de se pronunciar, com equilíbrio, a respeito dos equívocos que gostaria de ver eliminados da Carta. Mas ganharia em credibilidade, e tranquilizaria a opinião pública quanto a seus propósitos, se desse o exemplo, impondo em sua própria esfera o rigor e a cautela que gostaria de ver inscritos na futura Constituição.